

## A crise internacional de 1857 e os efeitos sobre a Província da Bahia<sup>1</sup>

The international crisis of 1857 and the effects on the Province of Bahia

Marcos Guedes Vaz Sampaio\*

**Resumo:** A crise norte-americana de 1857 atingiu as principais nações do sistema internacional oitocentista, dentre elas, os mercados mais atuantes nas relações comerciais com o Brasil: Londres e Hamburgo. Os desdobramentos dessa crise produziram efeitos que se refletiram sobre o conjunto das atividades produtivas e financeiras do país, destacando a capital do império, mas, também, com repercussões em suas principais praças, como no caso da Província da Bahia. O presente estudo visa a analisar esta crise e seus desdobramentos sobre uma economia regional, a partir da discussão sobre o processo de internacionalização do sistema capitalista nos oitocentos, do qual os efeitos de uma depressão interna a um país produzia resultados expressivos no cenário mundial.

**Palavras-chave:** crise internacional; século XIX; Bahia

**Abstract:** The American crisis of 1857 hit the major nations of the international system in the nineteenth century, among them, the most active markets in trade relations with Brazil: London and Hamburg. The consequences of this crisis produced effects that were reflected on all the productive and financial activities of the country, highlighting the capital of the empire, but also with repercussions on their main markets, as in the case of the Province of Bahia. This study aims to analyze this crisis and its consequences on a regional economy, from the discussion of the capitalist system internationalization process in the nineteenth

---

<sup>1</sup> A versão preliminar deste artigo foi apresentada no 5º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais ocorrido em Belo Horizonte em julho de 2015.

\* Doutor em História Econômica (USP) e economista (UFBA). Professor do Instituto de Humanidades Artes e Ciências Prof. Milton Santos (UFBA) e dos programas de pós-graduação em Relações Internacionais e Economia (UFBA). E-mails: mgvsampaio@hotmail.com / mguedesihac@gmail.com.

century, of which the effects of an internal crisis to a country produced significant results on the world system.

**Keywords:** international crisis; nineteenth century; Bahia

## Introdução

A era industrial, iniciada com as importantes transformações na estrutura produtiva britânica no decurso do século XVIII, se consolidou durante o período oitocentista, alcançando as principais economias da época. Essa fase marcou o momento de expansão do sistema capitalista de matriz liberal inglesa disseminando-o em outros países e regiões. O avanço tecnológico nos transportes com a navegação a vapor e, posteriormente, as ferrovias, permitiu estreitar laços comerciais, ampliando sobremaneira as relações econômicas internacionais (BIRNIE, 1964; CAIRNCROSS, 1953; GRAHAM, 1973; HALL, 1968; HOLTEN, 2003; LANDES, 1994; LANDES, 1998; LEFF, 1976).

A amplificação das fronteiras de atuação do sistema capitalista não só se verificava no crescimento robusto das correntes internacionais de comércio, mas também no recrudescimento dos fluxos de capitais. A internacionalização dos movimentos financeiros contribuiu para a construção e consolidação de empresas que, sob a tutela dos seus respectivos Estados nacionais, ampliaram de forma significativa sua capacidade de realizar investimentos internos e nos mais diversos mercados ao redor do mundo (ARRIGHI, 2006; BIRNIE, 1964; CAIRNCROSS, 1953; HALL, 1968; LANDES, 1998; LEFF, 1976).

A economia inglesa liderava o sistema econômico internacional oitocentista, experimentando o fortalecimento consistente de sua rede de relações comerciais e financeiras, consolidando sua estratégia de dominação sobre as economias periféricas. Os Estados Unidos, economia em ascensão no transcurso do século XIX, à medida que desenvolvia sua estrutura produtiva doméstica, iniciava um movimento lento e gradual de estreitamento de suas relações comerciais com as demais nações e, em particular, os diversos países da América Latina. É neste contexto de crescimento do papel da economia estadunidense dentro do sistema internacional no transcurso dos oitocentos que ocorre a crise de 1857, com desdobramentos importantes sobre os países centrais, mas, também, sobre as nações periféricas, como o Brasil.

As relações econômicas entre o Brasil e os Estados Unidos estavam avançando neste período e, embora ainda não representassem uma parcela mais significativa no conjunto dos intercâmbios internacionais da economia brasileira, os efeitos dessa crise, que teve seu epicentro no mercado estadunidense, se fizeram sentir de maneira substancial em terras brasileiras. A propagação da crise sobre o sistema internacional, atingiu fortemente os mercados mais importantes para a dinâmica da economia mundial como Londres e Hamburgo, que possuíam relações mais próximas com o Brasil, inserindo-o no turbilhão da crise mundial (AZEVEDO, 1969; DOWBOR, 1982; CALOMIRIS, SCHWEIKART, 1991; KINDLEBERGER, ALIBER, 2013; MONT’ALEGRE, 1972; OLIVEIRA, 1993; PELÁEZ, SUZIGAN, 1981).

Diante desse cenário, que afetou o conjunto da economia brasileira, uma análise dos impactos da crise de 1857 sobre a Província da Bahia, enquanto uma das principais do Império brasileiro, e que, naquele momento, enfrentava problemas internos, como uma estiagem de proporções substanciais, cumpre um papel importante, pela necessidade de se investigar os efeitos da primeira crise de amplitude mundial sobre uma região de um país periférico. Ademais, embora os efeitos da crise internacional de 1857 já tenham sido estudados em outros países e no Brasil, de maneira mais geral, suas implicações sobre a economia da Província da Bahia não foram analisadas de maneira mais detida, justificando, assim, a necessidade desse estudo.

A importância de se debruçar sobre esta crise reside em questões que envolvem seus aspectos sistêmicos, enquanto parte estrutural da dinâmica de expansão do sistema capitalista e, as particularidades nacionais e regionais, inseridas no conjunto mais amplo da economia mundial. O processo de inserção periférica da economia brasileira e as implicações disso para um mercado regional, como no caso da Província da Bahia, reforçam a justificativa do estudo, por meio da análise dos desdobramentos de uma crise internacional, talvez a primeira do sistema capitalista, sobre regiões específicas em países que ocupam posições secundárias no conjunto do sistema mundial.

Diante do exposto, o presente artigo foi dividido em quatro partes além desta introdução. A primeira versa sobre a crise de 1857 na economia norte-americana e seus desdobramentos sobre o sistema mundial como um todo, dentro de uma abordagem de caráter panorâmico com o objetivo de compreender melhor a crise e seus efeitos iniciais no mercado mundial. A segunda parte foi dedicada à análise da economia brasileira no período de eclosão da crise e seus impactos sobre a estrutura produtiva e comercial nacional, destacando a capital do Império, o Rio de Janeiro, mercado mais afetado, e que,

inegavelmente, sofreu o reforço do cenário doméstico de instabilidade que o país atravessava na época, em função da temerária política monetária pluriemissionista do governo. A terceira parte se concentra nos desdobramentos da crise de 1857 sobre a economia baiana, que sofria com os impactos de uma seca profunda que atingiu seu setor de subsistência, mas que, também, se ressentia dos efeitos internos da política monetária expansionista do império. Por fim, a última parte dedica-se às considerações finais sobre o tema.

### **A crise internacional de 1857**

O cenário internacional no início da década de 1850 era de prosperidade, principalmente, pela descoberta de ouro na Califórnia em 1849 e na Austrália em 1851, que permitiram ampliar as exportações e o crédito, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos. O momento favorável estimulou o crescimento substancial dos segmentos ferroviário e bancário nas economias europeias e estadunidense, destacando, também, no caso da primeira, a alavancagem comercial após a revogação das *Corn Laws* e dos Atos de Navegação por parte da Grã-Bretanha, sobretudo no caso da península escandinava.

A economia norte-americana, por sua vez, experimentou um aumento da sua base monetária o que resultou no recrudescimento das inversões no país e na ampliação das importações de bens de capital com o objetivo de modernizar as estruturas produtivas domésticas. O momento positivo levou à intensificação de suas relações internacionais, tanto mercantis quanto financeiras, reforçando o seu papel na dinâmica do sistema internacional, liderado, à época, pela Grã-Bretanha, nação pioneira na era industrial. A interação mais íntima da economia estadunidense com o sistema internacional de matriz liberal inglesa provocava um aumento da sensibilidade doméstica aos humores do capitalismo em expansão, mas, igualmente, implicava no sentido inverso, tornando o sistema mais sujeito às oscilações da economia dos Estados Unidos, reposicionando-a na divisão internacional do trabalho.

O crescimento econômico e as transformações em sua estrutura produtiva modificavam o papel dos Estados Unidos no conjunto da economia mundial dentro da expansão do sistema-mundo que, por seu turno, definia mais claramente o lugar das nações periféricas, exportadoras de bens primários e de influência tibia ou inexistente sobre o sistema internacional. É inegável que o capitalismo histórico amplificava sua teia de relações traduzida por um movimento ascendente dos intercâmbios, sobretudo

mercantis, entre as nações, o que já era percebido em diversos lugares, como na Câmara do Comércio de Elberfeld, distrito da cidade alemã de Wuppestal, no estado da Renânia do Norte-Vestfália, onde assim analisaram o momento: “O mundo é uma unidade; a indústria e o comércio o fizeram ser” (KINDLEBERGER, ALIBER, 2013, p. 203).

A percepção dos membros da Câmara do Comércio de Elberfeld evidencia a compreensão cada vez mais ampla nas mais diversas localidades que os movimentos internacionais do sistema capitalista conduziam a um recrudescimento do intercâmbio mundial de mercadorias, serviços e capitais, aproximando os mercados nacionais. O processo, a despeito de ser lento e gradual, caminhava em uníssono com o desenvolvimento das nações centrais, amplificando as relações econômicas internacionais a partir dos ditames oriundos dos países mais avançados. Neste cenário, além dos cinco grandes países europeus, Inglaterra, França, Prússia, Áustria e Rússia, os Estados Unidos já adentravam o seletivo grupo, mais pelo potencial futuro do que pela realidade em meados do período oitocentista. De todo modo, o crescimento expressivo de sua economia, e a intensificação de suas relações com os principais mercados do cenário mundial, permitiam aos EUA ampliar a sua participação no grupo reduzido de países que influenciavam nos rumos do sistema internacional.

O momento favorável que a economia estadunidense atravessava conflitava com o período difícil que a Rússia experimentava, fruto das colheitas ruins e da eclosão da Guerra da Criméia (1853-1856), que impactaram sobremaneira suas exportações, principalmente de grãos. A situação da economia russa implicou na redução da oferta internacional, resultando no aumento dos preços dos grãos, o que beneficiou os produtores agrícolas norte-americanos, ampliando suas exportações e permitindo que auferissem bons lucros. O fim da guerra, no entanto, regularizou as exportações oriundas da Rússia, restabelecendo a oferta mundial de grãos e provocando o declínio dos preços, o que impactou na economia dos Estados Unidos e nos lucros dos produtores rurais estadunidenses (EVANS, 1969; CALOMIRIS, SCHWEIKART, 1991; KINDLEBERGER, Charlie, ALIBER, 2013). A tabela abaixo evidencia a queda nos preços de alguns dos principais produtos agrícolas para a economia norte-americana após o fim da Guerra da Criméia (1853-1856).

**Tabela 1. Variação de preços de algumas mercadorias nos EUA (1855-1858)**

Ano	Farinha (barril)	Trigo (alqueire)	Milho (alqueire)
1855	9,00 – 9,38 <sup>1</sup>	1,80 – 2,50 <sup>1</sup>	1,38 – 1,40 <sup>1</sup>

1856	8,25 – 8,50	1,90 – 2,20	0,80 – 0,93
1857	6,10 – 6,75	1,30 – 1,80	0,68 – 0,75
1858	4,20 – 4,70	0,90 – 1,35	0,53 – 0,66

Fonte: EVANS, 1969, p. 115-116. Tabela adaptada pelo autor. Obs: <sup>1</sup>Variação do preço no mercado de Nova York.

A tabela acima mostra o declínio dos preços de algumas mercadorias importantes no mercado norte-americano após o fim da Guerra da Criméia. O barril de farinha, que variava entre US\$ 9,00 e US\$ 9,38 em 1855, dois anos depois, oscilava entre US\$ 6,10 e US\$ 6,75, reduzindo, em 1858, para uma margem entre US\$ 4,20 e US\$ 4,70, o que representa uma queda de 53,3% no valor mínimo e de, aproximadamente, 50% no valor máximo. O trigo apresentou declínio semelhante, entre 46% e 50% em comparação aos preços de 1855. O milho, por sua vez, apresentou queda de 61,6% no valor menor e de 53% no valor maior. Pode-se perceber pela análise desses dados que a deflação de preços foi significativa na economia estadunidense no período, o que reforça o argumento de diminuição expressiva na margem de lucros dos produtores agrícolas, impactando substancialmente tanto o setor primário como um todo, quanto o segmento ferroviário, que se expandia de maneira acelerada no ritmo de crescimento da estrutura produtiva agrária dos EUA.

A expansão da fronteira agrícola estadunidense elevava a produtividade, enquanto a ampliação da rede ferroviária permitia uma maior ocupação do território e incrementava o dinamismo de sua economia. Os reflexos desse momento se fizeram sentir na Bolsa de Valores de Nova York e na captação de recursos pelas empresas ferroviárias. A queda dos preços do setor agrícola, fruto do retorno russo ao mercado internacional, arrefeceu os negócios, impactando também sobre o movimento das estradas de ferro, quadro que se agravou pela diminuição no fluxo migratório para o oeste e a redução no valor das terras (PRADA, 1978; MAURO, 1976).

O governo estadunidense adotara uma política monetária pluriemissionista, descentralizando a expansão do meio circulante nacional. A expectativa era de que a desconcentração da emissão de moeda estimulasse os investimentos, impulsionando a demanda e aquecendo o mercado interno. O risco de depreciação cambial acentuada e inflação eram os principais temores que políticas dessa natureza carregavam. O arrefecimento do *boom* ferroviário somado ao declínio dos preços dos produtos agropecuários e das terras, bem como a queda no fluxo migratório levaram os bancos do leste a recusarem moedas dos bancos do oeste. Esse quadro provocou uma crise nacional, amplificando a deterioração financeira das empresas ferroviárias, reduzindo a liquidez e causando perda significativa de capital dos bancos que financiaram as ferrovias em sua fase

favorável. O setor de seguros também foi profundamente abalado, principalmente, após a falência de uma empresa deste segmento, a *Ohio Life Insurance and Trust Company*, em agosto de 1857, que desencadeou a crise, resultando numa corrida aos bancos, levando ao pânico financeiro (CALOMIRIS, SCHWEIKART, 1991).

O pânico provocou uma queda no índice da Bolsa de Nova York de 93 para 61; na Bolsa de Reading, o declínio foi ainda maior, de 96 para 36. De acordo com o *U.S. Bureau of the Census* (1949), o montante de moeda em circulação caiu de US\$ 457.069.000,00 para US\$ 408.810.000,00 entre os anos de 1857 e 1858, o que significava um declínio aproximado de 11%; as compensações bancárias na cidade de Nova York sofreram uma redução de 42,9% no mesmo período. Segundo Kindleberger e Aliber (2013, p. 131), as taxas de juros subiram de 60% para 100% ao ano, e o número de falências bancárias chegou ao fabuloso número de 1.415 em todo o território estadunidense no pico da crise. A corrente de comércio sofreu uma retração aproximada de 16% entre 1857 e 1858. As exportações caíram de US\$ 362.961.000,00 para US\$ 324.644.000,00 no mesmo período, representando uma diminuição de 10,5% (U.S. BUREAU OF THE CENSUS, 1949, p. 244).

A crise norte-americana se disseminou pelo mundo atingindo os mercados das economias mais importantes do sistema internacional oitocentista. Os desdobramentos em escala mundial tiveram início nas praças de Londres e Hamburgo que possuíam relações mercantis e financeiras mais próximas aos agentes econômicos estadunidenses. No caso londrino, a *débâcle* começou pela suspensão dos pagamentos por parte do *Liverpool BorrOUGH Bank*, atingindo, um mês depois, quatro bancos escoceses que realizavam empréstimos a comerciantes que negociavam no continente americano. A falta de liquidez levou o Banco da Inglaterra a elevar a taxa de descontos a 10% (PRADA, 1978, p. 164). Lorde Palmerston, primeiro-ministro britânico à época, adotou medidas monetárias restritivas sobre o *Peel Act* de 1844 aumentando o pânico no mercado inglês. Em Hamburgo, por seu turno, o resgate dos prejuízos da crise remontaram à cifra de 35 milhões de marcos. A crise atingiu tal montante devido à expansão comercial hamburguesa, fruto da ampliação creditícia durante a Guerra da Criméia e do estreitamento das relações mercantis com os Estados Unidos, sobretudo, no intercâmbio do açúcar, tabaco, café e algodão (KINDLEBERGER, ALIBER, 2013, p. 251).

Os efeitos da crise norte-americana se espalharam pelo sistema internacional oitocentista após atingir as praças de Londres e Hamburgo. Prada (1978, p. 163) afirmou que esta foi a primeira crise de abrangência mundial, justamente por sua ampla disseminação, alcançando os países situados na periferia do sistema-mundo, exportadores de bens

primários e estrutura predominantemente agrária. Clapham (1945 *apud* KINDLEBERGER, ALIBER, 2013, p. 203), igualmente, observou que a crise foi sentida na América do Sul, África do Sul e Extremo Oriente. Roubini e Mihm (2010, p. 30) por sua vez, entendem que a crise de 1825 teria sido a primeira depressão mundial da história do capitalismo, e a de 1857 seria a segunda. Oriunda de um excesso de liquidez, uma bolha de ativos e operações fraudulentas no mercado britânico, a crise de 1825 levou diversas empresas e bancos à falência, além de disseminar seus efeitos sobre vários países, especialmente na Europa e América Latina.

A primazia ou não da crise de 1857 sobre a economia mundial não tem grande relevância, mas sim sua capacidade de afetar nações nos mais diversos continentes com intensidade importante em uma fase de fortalecimento do sistema capitalista por meio da disseminação do processo de industrialização entre os países mais influentes no continente europeu e, conseqüentemente, sobre a economia mundial. Apesar de sua amplitude, contudo, a crise não foi longa, encerrando-se após a intervenção do governo estadunidense por meio de medidas de restrição da base monetária em circulação e através da redução das alíquotas sobre empreendimentos industriais, estimulando o setor secundário. A economia dos Estados Unidos recuperou sua estabilidade no ano de 1859, mas, segundo Faulkner (1954, p. 163), um novo ciclo de prosperidade só retornou com o advento da Guerra de Secessão entre 1861 e 1865.

O desencadeamento do processo que resultou no pânico de 1857 revela traços comuns com outras crises no decurso da história do capitalismo. Roubini e Mihm (2010) apresentaram as características que normalmente estão presentes nas crises: i) a formação de uma bolha por expansão creditícia ou por aumento das expectativas futuras; ii) supervisão ou regulação negligente do sistema financeiro; iii) política fiscal tibia por parte do governo; e, iv) inovações tecnológicas que precedem a onda de otimismo. Estas características podem ser identificadas na dinâmica da crise norte-americana, contribuindo para a compreensão mais ampla do processo de formação e evolução dos quadros depressivos da economia mundial.

A formação da bolha se deu pelo exagerado otimismo com a descoberta do ouro, a expansão da fronteira agrícola e os investimentos volumosos no segmento ferroviário, que era uma inovação tecnológica fundamental para o estreitamento das distâncias, favorecendo o quadro de dinamismo econômico. O quadro internacional favorável à expansão das exportações norte-americanas em função da redução na oferta russa de grãos para o mercado europeu devido à eclosão da Guerra da Criméia, também contribuiu para a

formação de expectativas de lucros substanciais. O fim do conflito reorganizou o mercado europeu proporcionando a restauração da oferta russa e a consequente queda nos preços, atingindo o mercado estadunidense, levando a uma queda nas margens de lucro e diminuição drástica nas expectativas que alimentaram a bolha. O resultado foi a quebra de companhias de seguros e corrida aos bancos, espalhando o pânico, como sempre ocorre nessas crises.

Um último aspecto importante relacionado a essa crise que merece uma reflexão é o predomínio das teses liberais que marcaram a segunda metade do século XIX. Dentre seus preceitos fundamentais está a não intervenção do Estado na economia, acreditando que esta tenderia ao equilíbrio e harmonização por meio da ordem natural e sua “mão invisível”. A crença nessas ideias fortaleceu discursos e medidas em defesa do livre mercado e de um sistema financeiro operando sem muitas regras. Karl Marx (2010) em um conjunto de artigos que escreveu para o *New York Daily Tribune* durante a crise de 1857 argumentou que o livre comércio era o principal responsável pela eclosão da crise, em virtude do seu sistema anárquico e que a especulação desenfreada e a emissão excessiva de moeda eram fatores secundários. Entendia que as crises do capitalismo eram sistêmicas e não produzidas por falhas de mercado, como acreditavam os defensores do liberalismo econômico.

Um olhar atento sobre os Estados Unidos no decorrer do século XIX revela que sua economia oscilava entre o liberalismo e o protecionismo, com fases de maior intervenção do Estado, com outras de maior liberdade aos agentes econômicos privados. Entretanto, assim como em outras nações que se desenvolveram mais rapidamente no período, como a Grã-Bretanha e a Alemanha, na economia estadunidense prevaleceram as ideias protecionistas e intervencionistas, principais responsáveis por sua alavancagem no transcurso dos oitocentos. Os ideais do *laissez faire*, contudo, predominaram em alguns períodos específicos, justamente os que provocaram maior instabilidade e crises, o que converge com a interpretação de Marx sobre a crise de 1857 (BAIROCH, 1995; CHANG, 2004; POLANYI, 2012).

Pode-se afirmar, portanto, que o ambiente de menor intervenção do Estado por meio da fragilidade nas políticas fiscal e de regulação do sistema financeiro doméstico, em um cenário de evolução tecnológica nos transportes e comunicações com a navegação a vapor, as ferrovias e o telégrafo, combinados a um exagerado otimismo em face do momento favorável no panorama internacional, levaram a um aumento exponencial nos movimentos especulativos e na formação de uma bolha que, à primeira mudança

sinalizando a reversão do quadro internacional, produziu uma diminuição nas expectativas do mercado estadunidense, que se refletiu na quebra de importantes empresas e culminou na eclosão da crise de 1857. A disseminação dos efeitos da depressão norte-americana sobre as economias periféricas causou desajustes significativos, influenciando no mercado doméstico destas nações, como foi o caso do Brasil.

### **A economia brasileira no contexto da crise de 1857**

A década de 1850 começa de maneira emblemática para o Brasil com a abolição do tráfico de escravos, instituída pela lei Eusébio de Queirós, após o governo brasileiro ser firmemente pressionado pela Grã-Bretanha. O período que se inaugurou traduziu-se pela diversificação e ampliação das inversões dentro da estrutura produtiva nacional, realocando os capitais outrora empregados no comércio transatlântico de cativos. Embora a interrupção da entrada da força de trabalho compulsória africana não tenha ocorrido de imediato, o declínio foi substancial, impactando na oferta de braços para a lavoura, principalmente a cafeeira, que assumia, gradativamente, o posto de principal cultura da economia brasileira no século XIX. A reduzida taxa de reposição da mão-de-obra escrava associada ao estancamento dos fluxos externos impactou nos preços, encarecendo os custos do trabalho para o setor primário-exportador.

O fim do tráfico de escravos, também, resultou em duas mudanças importantes para a compreensão da evolução econômica do Brasil a partir da segunda metade do período oitocentista: o recrudescimento dos setores comercial, industrial e financeiro e a reaproximação com a Inglaterra. As relações entre os dois países estavam estremecidas em razão das tensões que envolveram a pressão britânica pelo fim do comércio de cativos. As medidas adotadas pelo governo brasileiro sinalizaram favoravelmente para um novo momento de estreitamento das relações com os ingleses. O que se verificou, na prática, foi a intensificação das inversões inglesas na economia brasileira, sobretudo no ramo dos transportes, com companhias de navegação a vapor e ferrovias, além de empresas de seguros, serviços públicos e comunicações. Sobre o novo momento para a economia brasileira, Prado Jr (1986, p. 154) assim resumiu:

O país conhecerá, pela primeira vez, um destes períodos financeiros áureos de grande movimento de negócios. Novas iniciativas em empresas comerciais, financeiras e industriais se sucedem ininterruptamente; todos

os índices de atividade sobem de um salto. A circulação monetária é fantasticamente alargada pela faculdade emissora concedida ao Banco do Brasil e pelo abuso de emissão de vales e outros títulos pelos demais estabelecimentos de crédito, firmas comerciais e até simples particulares. Tudo isto terminará num desastre tremendo – a crise de 1857, seguida logo por outra mais grave em 1864.

A crise de 1857, mencionada por Caio Prado Jr., desencadeou efeitos significativos sobre o Brasil, devido à sua maior aproximação com os capitais ingleses, o que permitiu intensificar a inserção da economia brasileira no processo de expansão do sistema capitalista no transcurso do século XIX. As inversões britânicas, dentro de um modelo de modernização conservadora, tornaram a estrutura produtiva primário-exportadora brasileira mais eficiente, notadamente, devido ao progresso tecnológico no ramo dos transportes via expansão da rede ferroviária e por meio da navegação a vapor. A aliança entre elite nativa e capital estrangeiro solidificou o modelo vigente no país, contribuindo fortemente para a consolidação do papel periférico brasileiro na divisão internacional do trabalho. Dowbor (1982, p. 88) atenta para o processo de modernização dependente da economia brasileira e seu viés exportacionista e critica a percepção positiva deste processo por parte de Graham (1973) que entendia ser salutar a introdução no Brasil de inovações tecnológicas, ainda que vinculadas ao modelo estruturante das atividades produtivas brasileiras de exportação de produtos primários:

O esforço de modernização é, pois, explicitamente, um esforço de modernização da economia exportadora. É ligado à “economia exportadora do café”, à qual “deu uma nova vida”. Ora, esta nova vida durava na realidade já havia mais de três séculos no Brasil, somente as técnicas e os produtos variando ligeiramente, segundo os ciclos sucessivos da economia. A contribuição modernizadora constitui apenas uma contribuição tecnológica, que atualiza a deformação fundamental da economia brasileira: a sua extroversão.

A inserção passiva da economia brasileira na conjuntura internacional de mudanças na matriz tecnológica, fabril e de transportes no transcurso das primeiras décadas do século XIX, apesar de permitir ao país usufruir dessas inovações, não favoreceu o processo de transformação do que era, de fato, essencial para o desenvolvimento do Brasil, a modificação de seu modelo estrutural de uma economia primário-exportadora

para uma economia urbano-industrial. O papel brasileiro no contexto da expansão capitalista de matriz liberal britânica contribui, sem dúvida, para se compreender os efeitos da crise de 1857 em seu território. Depressão de efeito sistêmico no panorama internacional, no ambiente doméstico foi agravada por elementos endógenos, dentre eles, o perfil periférico da estrutura produtiva nacional e a instabilidade que a economia brasileira atravessava em função da política monetária do governo brasileiro no período.

O governo brasileiro, até o ano de 1859, manteve uma política monetária excessivamente liberal e expansionista por meio da permissão emissora a novas casas bancárias, ampliando, temerariamente, a base creditícia. O Ministério da Fazenda, liderado pelo senador Bernardo de Sousa Franco, adotara esta política por entender que as dimensões territoriais do Brasil eram muito amplas e o monopólio de emissão por parte do Banco do Brasil restringia o meio circulante, obstaculizando o crescimento econômico em outras regiões do país. Autorizar outros estabelecimentos bancários a exercerem a função de bancos emissores parecia ser a melhor solução, descentralizando o papel até então facultado, exclusivamente, ao Banco do Brasil (MONT'ALEGRE, 1972; PELÁEZ, SUZIGAN, 1981; LIMA, 1986).

A crise de 1857, que teve início na economia norte-americana, se espalhou por outras nações nos meses seguintes, alcançando o Brasil em primeiro de novembro do mesmo ano. Mont'alegre (1972, p. 147-148) relatou que os credores estadunidenses e europeus, sobretudo ingleses, pressionaram os agentes econômicos brasileiros para saldarem suas dívidas, promovendo uma retirada expressiva do país de moedas metálicas e até de mercadorias como pagamento. Guimarães (2013, p. 242) apontou que a saída de cambiais do Brasil aumentou 76% em 1857 em relação ao ano anterior. Na praça do Rio de Janeiro, durante o ano de 1856, por exemplo, o montante enviado a Londres foi de 403.241 libras. Em 1857, a soma alcançou 685.000 libras, significando um crescimento aproximado de 70% em relação ao ano anterior. No caso da Bahia, ainda segundo Guimarães, a remessa foi de 95.000 libras em 1856 e de 145.000 em 1857, o que representa um aumento de 52,6%.

O comportamento da balança comercial brasileira pode ser verificado na Tabela 2, logo abaixo. O ritmo de expansão das exportações evidencia uma queda no exercício de 1858-1859 em relação a 1857-1858 e uma redução ainda maior no exercício de 1859-1860, em comparação ao anterior, num momento de substancial desvalorização cambial, o que, normalmente, levaria a uma melhora no desempenho do setor exportador. O comportamento das importações foi mais representativo, uma vez que sua expansão havia sido de 41,3% em 1857-1858, se comparada com a média do período entre 1850 e 1856. No

exercício de 1858-1859, no entanto, já apresentava uma queda de 2,1%. A diminuição no desempenho das importações arrefeceu, mas permaneceu ruim, com redução de 11,5% no período de 1859-1860 em relação ao período anterior. A balança comercial começou a ensaiar uma recuperação a partir de 1860, sobretudo em função da elevação dos preços internacionais do café, contribuindo para a melhora nos resultados do setor exportador (PELÁEZ, SUZIGAN, 1981, p. 100).

**Tabela 2. Desempenho da balança comercial do Brasil (1857-1860)**

Período	Exportações	Variação (%)	Importações	Variação (%)
1850-1856 <sup>2</sup>	83.513:395\$	-	92.321:735\$	-
1857-1858	96.247:463\$	15,3	130.440:173\$	41,3
1858-1859	106.805:972\$	11,0	127.722:619\$	-2,1
1859-1860	112.805:972\$	5,6	113.027:995\$	-11,5
1860-1861	123.171:163\$	9,2	123.720:345\$	9,5

Fonte: BAHIA, 1978. Tabela adaptada pelo autor.

Neste cenário, é importante destacar que a desvalorização cambial da moeda brasileira frente à libra foi de 27 dinheiros esterlinos por mil-réis para 25,5 em novembro de 1857. Em março de 1858, o câmbio desceu a 22,75 dinheiros esterlinos por mil-réis (PELÁEZ, SUZIGAN, 1981, p. 88-91). A depreciação cambial ajudou a mitigar os efeitos da crise de 1857 sobre o setor exportador, traduzindo-se apenas na diminuição do ritmo de expansão das exportações, ao invés do desempenho negativo, como ocorreu com as importações. No setor importador, a queda no câmbio contribuiu para a piora no desempenho, os impactos, contudo, foram mais significativos em virtude dos problemas domésticos que combinavam os desdobramentos da crise internacional com os problemas da política pluriemissionista, resultando no arrefecimento da demanda por produtos estrangeiros.

A crise de 1857 levou a um quadro de escassez monetária no país, provocando o pânico que se traduziu em corridas ao Banco do Brasil e, em sequência, aos bancos privados. O Rio de Janeiro vivenciou um total de 139 falências entre os anos de 1857 e 1858 (MONT'ALEGRE, 1972, p. 147). O Banco do Brasil e o Barão de Mauá atribuíram à crise internacional de 1857 a responsabilidade pela desordem econômico-financeira que a economia nacional estava atravessando:

<sup>2</sup> Média entre os anos de 1850 e 1856.

O Banco do Brasil e o Barão de Mauá aceitaram, como elemento detonador da crise, no Brasil, a depressão iniciada nos Estados Unidos e ramificada às praças de Londres e Hamburgo, com as quais o Brasil mantinha estreitas relações comerciais. O primeiro, em relatório de 1858, dissera: “O Banco do Brasil, sendo nesta praça o único reservatório de capital monetário para a satisfação do comércio exterior, devia ser o primeiro a sofrer os resultados daqueles acontecimentos. O seu fundo disponível foi seriamente ameaçado e, de fato, dentro de dez meses, este fundo sofrera o desfalque de 4.174:123\$847, desfalque que prometia aumentar rapidamente pelos pagamentos forçados de recâmbios e pedidos de remessa por parte dos credores nas praças em crise”. (MONT’ALEGRE, 1972, p. 147-148)

A combinação de elementos internos e externos atuando na crise que afetou a economia brasileira ampliou o debate sobre suas origens, polarizando-o entre os papelistas, defensores da política pluriemissionista, e os metalistas, defensores do controle de emissão monetária. Mauá, o mais famoso defensor da política de liberalização emissionista, atribuiu a crise ao quadro de depressão que se abateu sobre o sistema econômico internacional, a partir dos profundos desajustes no mercado norte-americano no ano de 1857. Os metalistas, por sua vez, imputavam a culpa, exclusivamente, à política pluriemissionista, que resultara num quadro de instabilidade monetária e desvalorização cambial (MONT’ALEGRE, 1972; PELÁEZ, SUZIGAN, 1981).

A análise dos eventos e seus desencadeamentos no âmbito da economia nacional revela que os dois grupos tinham alguma razão nos seus argumentos. Mauá e os papelistas, como o senador Souza Franco, não se equivocaram ao atribuir responsabilidade à crise internacional pelo quadro recessivo que se instalou no Brasil no período. Os efeitos comprovadamente substanciais que as principais praças da economia mundial oitocentista experimentaram, demonstraram não ser uma mera coincidência que a economia brasileira também estivesse enfrentando dificuldades na mesma época. Os metalistas, liderados pelo sucessor de Souza Franco no Ministério da Fazenda, Salles Torres Homem e, posteriormente, por Silva Ferraz, contudo, também tinham razão ao responsabilizar a temerária política monetária expansionista em sua capacidade emissora, como elemento fundamental para a eclosão da crise. O ponto principal de análise do debate é o entendimento de que o Brasil atravessaria um momento de crise independentemente da

política monetária adotada, devido ao cenário internacional recessivo, porém, a depressão econômica teria sido menos dramática, se a política monetária fosse mais conservadora.

Cumprir pontuar, por fim, que a despeito da política monetária implementada, os efeitos da crise internacional de 1857 sobre a economia brasileira, que implicaram em arrefecimento das exportações e queda nas importações, além de inúmeras falências no país, revelam que o sistema capitalista estendia seu raio de atuação, inserindo cada vez mais as nações periféricas na dinâmica de seu processo expansionista. O Brasil, por seu papel de economia primário-exportadora e dependente de capitais e tecnologia externos, enfrentou os humores de um mercado internacional em franca ampliação e vivenciando um substancial movimento depressivo. A ausência de um setor industrial em processo de desenvolvimento, tampouco um setor financeiro forte e consolidado, combinados à posição periférica da economia brasileira na divisão internacional do trabalho contribuíram para o cenário recessivo que o país atravessou com fortes desdobramentos nos seus mercados regionais.

### **Os impactos sobre a Província da Bahia**

A economia da Província da Bahia experimentou um período de expansão após o fim do tráfico de escravos com a ampliação e diversificação da sua estrutura produtiva e do segmento de serviços. Surgiram indústrias, novas casas comerciais, bancos, companhias de seguros, ferrovias, navegação a vapor, serviços públicos, etc. Os capitais outrora empregados no negócio do tráfico de cativos foram direcionados a novos destinos. Dois fatos domésticos, contudo, impactaram no desempenho econômico provincial neste período, a epidemia de cólera-morbo no ano de 1855, que vitimou um expressivo número de pessoas e a seca de 1857 que perdurou por quatro anos, contribuindo para arrefecer o ambiente otimista que os negociantes baianos e estrangeiros vivenciavam na economia local.

No mesmo ano de 1857, como se viu, eclodiu nos Estados Unidos uma crise econômica que abalou as principais nações do cenário oitocentista, repercutindo, também, sobre o Brasil e, conseqüentemente, recaindo sobre as atividades produtivas e o setor de serviços da Província da Bahia. O quadro foi agravado pela instabilidade econômica fruto da política pluriemissionista do governo brasileiro que resultou num ambiente de importante depreciação cambial no país. A ruptura brusca com esta política, no ano de 1860, retornando ao monopólio de emissão por parte do Banco do Brasil, provocou uma

retração no meio circulante causando uma queda expressiva no desempenho da economia baiana que, somada ao cenário já complicado, agravou-o ainda mais (CAVALCANTI, 1890; OLIVEIRA, 1993; CALMON, 1978; AZEVEDO, LINS, 1969).

O advento desse novo fato recrudescceu o panorama de depressão econômica que a província já vinha enfrentando, resultando num período de quatro anos, entre 1857 e 1860, de crise na economia baiana. Segundo Oliveira (1993, p. 33), o ano de 1859 foi fecundo em moratórias, concordatas e falências. O gerente da *Companhia Bahiana de Navegação a Vapor*, Francisco Justiniano de Castro Rebello se referiu a este cenário conturbado que a Bahia enfrentava em documento de 30 de junho de 1860:

O estado critico da lavoura e do commercio impede o transito de passageiros, e tem acabado com o das mercadorias, de modo que a Comp<sup>a</sup> em cada uma de suas viagens sofre enormes prejuizos, a que devem de prompto acudir os poderes do Estado, p<sup>a</sup> que a queda de uma Empresa de tanta utilidade não mate todo o espirito de outras, e consequentemente o progresso do pais. Quando todas as classes da Prov<sup>a</sup> gemem sob a pressão esmagadora de uma crise, como nunca se vio, q<sup>do</sup> os effeitos desta se manifestão de um modo espantoso pelas inúmeras falências, que todos os dias se abrem; quando todas as fontes de produção se achão estagnadas pela falta de capitães; q<sup>do</sup> para empeiorar-lhes a condição se desvião delas, como único recurso para a satisfação de gravosos empenhos, um dos seus mais poderosos elementos de prosperidade – os braços -; [...] q<sup>do</sup> finalmente é este o verdadeiro quadro comercial e agrícola da Prov<sup>a</sup>, ou antes de todo o Imperio [...](SAMPAIO, 2014, p. 124).

Pode-se constatar, a partir deste depoimento e dos desdobramentos dos eventos iniciados no ano de 1857, que a crise de 1860 na Bahia, na verdade é o ápice de uma depressão mais prolongada que se inicia no final do ano de 1857, e que atinge seu pico entre os anos de 1859 e 1860. Este período de crise, assim como no Brasil em geral, foi resultado de elementos endógenos e exógenos. No caso específico da economia baiana, além dos efeitos da crise internacional de 1857 e dos danos causados pela política monetária do império, ela também enfrentou uma seca prolongada que atingiu sua agricultura de subsistência e o setor algodoeiro. A observação do comportamento das exportações e importações da Província da Bahia no período ajudam a perceber melhor o seu panorama econômico no intervalo de tempo em tela.

Tabela 3. Desempenho da balança comercial da Província da Bahia (1857-1860)

Período	Exportações	Variação (%)	Importações	Variação (%)
1850-1856 <sup>3</sup>	11.729:963\$	-	14.616:331\$	-
1857-1858	13.419:612\$	14,4	19.679:530\$	34,6
1858-1859	15.465:592\$	15,3	19.461:441\$	-1,1
1859-1860	10.822:944\$	-30,0	16.205:959\$	-16,7
1860-1861	8.422:986\$	-22,2	14.107:540\$	-13,0

Fonte: BAHIA, 1978. Tabela adaptada pelo autor.

A tabela acima evidencia os impactos do período de depressão econômica que a Província da Bahia atravessou entre os anos de 1857 e 1861, por meio do desempenho de sua balança comercial. O primeiro intervalo de anos, entre 1850 e 1856, representa a média tanto das exportações, quanto das importações no período. Como a crise de 1857 atingiu a economia estadunidense no mês de agosto e os mercados londrino e hamburguês só foram afetados três meses depois, isto é, em novembro, mesmo mês em que o Brasil começou a receber as primeiras notícias da crise, não há evidências de nenhum impacto sobre a Província da Bahia neste ano.

Durante o ano de 1858, no entanto, a economia baiana sentiu os efeitos da crise internacional, que se amplificou no território nacional, imiscuindo-se aos problemas internos, culminando nos resultados mais expressivos no transcurso dos anos de 1859 e 1860. Se as exportações ainda tiveram um desempenho favorável em 1858, foi em razão do incremento substancial nas exportações do açúcar e do fumo, beneficiados pela desvalorização cambial e por se concentrarem na zona litorânea, menos afetada pela seca. No exercício de 1857-1858, a Bahia exportou 1.776.513 quilos de açúcar, mas no período seguinte, a quantidade subiu para 3.337.737 quilos, o que representa um aumento de 88%! O fumo também teve um desempenho extraordinário, com crescimento aproximado de 100%. Os demais produtos de maior importância para a economia provincial declinaram neste período, como o café (-5%), o cacau (-24%) e o algodão (-50%). As importações, por seu turno, já refletiam uma redução de 1,1% em relação ao período de 1857-1858<sup>4</sup>.

Os anos de 1859 e 1860 apresentaram os resultados mais expressivos, uma vez que neste período, além da persistência dos efeitos da crise internacional, o câmbio foi restaurado, dificultando as exportações num cenário de depressão econômica. Este quadro levou ao declínio importante das exportações, de aproximadamente 30%, assim como das

<sup>3</sup> Média entre os anos de 1850 e 1856.

<sup>4</sup> Cálculos efetuados pelo autor a partir dos dados encontrados na FALLA que recitou o Presidente da Província da Bahia Herculano Ferreira Penna n'Abertura da Assembléa Legislativa da mesma província em 10/04/1860.

importações, que diminuíram 16,7%. O intervalo subsequente, entre 1860 e 1861, também reflete um declínio importante no desempenho da balança comercial da Província da Bahia, em função dos efeitos da mudança na política monetária brasileira, que fora direcionada a uma concepção mais conservadora e contracionista.

Os dados da corrente de comércio entre 1857 e 1860, por sua vez, permitem complementar as informações apresentadas, por fornecerem uma visão mais ampla das relações mercantis internacionais. É possível perceber o crescimento expressivo da corrente de comércio da Província da Bahia no ano de 1857 em relação ao desempenho médio da primeira metade da década de 1850, fruto da recuperação da economia após a epidemia do cólera-morbo. O arrefecimento substancial já no ano seguinte, revela o acometimento dos efeitos da crise pela estrutura produtiva interna, a despeito, como se viu, do comportamento das exportações. A amplificação da crise, no entanto, ocorreu no ano de 1859, se estendendo pelo ano de 1860, quando, aos desdobramentos do quadro depressivo internacional, se somam as mudanças na política monetária do império.

**Tabela 4. Corrente de comércio da Província da Bahia (1857-1860)**

Período	Corrente de comércio	Variação (%)
1850-1856 <sup>5</sup>	26.346:294\$	-
1857-1858	33.099:142\$	25,6
1858-1859	34.927:033\$	5,5
1859-1860	27.028:903\$	-22,6
1860-1861	22.530:526\$	-16,6

Fonte: Tabela desenvolvida pelo autor.

Os efeitos mais intensos da crise internacional chegaram tardiamente à Província da Bahia, por algumas razões internas, conforme já mencionado, como a recuperação da epidemia do cólera-morbo e o comportamento das exportações de açúcar e fumo, mas, também, por consequência da dinâmica dos movimentos reativos ao cenário de depressão econômica no país. A maioria dos descontos ocorreram, num primeiro momento, no Banco do Brasil, principal instituição bancária do país, somente alcançando, num segundo momento, os bancos regionais, aos quais também foi facultada a política emissionista. Omer Mont'alegre (1972, p. 157) aponta que os desdobramentos regionais mais contundentes da crise ocorreram nas praças de Salvador e Recife com um certo atraso em

<sup>5</sup> Média entre os anos de 1850 e 1856.

relação ao Rio de Janeiro: “O eixo da crise se deslocaria para as províncias, dando ensejo a que depressões ocorressem em outras praças, sobretudo em Salvador e Recife, em 1859 e 1860”.

Um período tão prolongado de efeitos danosos ao desenvolvimento econômico, em parte por razões oriundas de um quadro adverso externo, outra parte pelos desdobramentos internos de uma política monetária nacional temerária, acrescidos do longo período de estiagem, certamente impactaram negativamente nas estruturas produtivas baianas. A recuperação veio com o início da Guerra de Secessão nos Estados Unidos, país produtor de algodão e que em razão dos distúrbios internos provocados pela guerra civil, reduziu drasticamente suas exportações, permitindo ao Brasil e, em particular, a Bahia, ampliar, temporariamente, seu espaço de atuação no comércio mundial. O quadro doméstico da Província da Bahia, que dentro de suas particularidades, experimentara os efeitos danosos de uma crise internacional, também, vivenciou uma recuperação rápida, a partir de outro acontecimento externo, a guerra civil norte-americana. A expansão capitalista tornava o mundo mais próximo, encurtava as distâncias com seus vapores e ferrovias, e impactava de uma maneira nova, as diversas economias ao redor do globo. Nos dizeres de Hall (1968, p. 149):

In a world economy in which new sources of land were progressively being bought into the world market partly as a result of the technical consequences of the invention of railways and steamships it was inevitable that these new areas would have a comparative advantage in one or other of the many possible uses of new land.<sup>6</sup>

O sistema capitalista ampliava sua área de influência sobre a economia mundial. As profundas assimetrias tecnológicas revelavam o grau de complexidade e os distintos papéis que cada nação desempenhava neste sistema em expansão. O Brasil, e em particular, a Província da Bahia, inseriram-se de maneira periférica, posicionando-se como economias primário-exportadoras, notadamente mais vulneráveis aos fluxos e refluxos do sistema internacional. Diante desse cenário, as crises que atingiam as economias mais desenvolvidas se disseminavam pelo sistema mundial, atingindo os países mais atrasados,

---

<sup>6</sup> Em uma economia mundial em que novas fontes de terras foram progressivamente sendo compradas no mercado internacional, em parte como resultado das consequências técnicas da invenção das ferrovias e da navegação a vapor era inevitável que essas novas áreas tivessem uma vantagem comparativa em uma ou outra das várias possibilidades de uso dessas novas terras. (Tradução do autor).

provocando quedas nas correntes de comércio e falências no mercado doméstico dessas nações, combalindo suas frágeis estruturas internas.

### Considerações finais

Os anos favoráveis à economia norte-americana que precederam a eclosão da crise de 1857 foram interpretados com exagerado otimismo pelos agentes econômicos domésticos. A descoberta de ouro na Califórnia, a expansão da fronteira agrícola para o oeste, o progresso das ferrovias, o aumento das exportações, principalmente, pela interrupção momentânea da oferta internacional russa de grãos em virtude da Guerra da Criméia, contribuíram para que os Estados Unidos atravessassem um período positivo na primeira metade da década de 1850.

O retorno da Rússia ao mercado agrícola internacional, no entanto, resultou na expansão da oferta e na queda dos preços, que se refletiu sobre a economia estadunidense, provocando um movimento de desvalorização das terras no oeste e de diminuição no fluxo migratório, impactando no desempenho do setor ferroviário. Os bancos que haviam investido vultosas somas nas companhias de estradas-de-ferro sentiram os efeitos do declínio do segmento, agravados pela interrupção da conversibilidade pelos bancos do leste, ocasionando uma crise de liquidez. O desencadeamento dos desdobramentos negativos culminou com a falência da *Ohio Life Insurance and Trust Company* levando pânico aos agentes econômicos norte-americanos e, por fim, desembocando na crise de 1857.

Neste momento, o sistema econômico internacional já experimentava uma ampliação e intensificação de suas relações comerciais e financeiras em decorrência da expansão capitalista fruto do processo de industrialização e evolução dos mercados financeiros em curso nos países centrais. Embora o processo fosse lento e gradual, no período em discussão, a segunda metade da década de 1850, já evidenciava certo desenvolvimento dos mercados domésticos das nações mais ricas do oitocentos, o que se refletiu nos efeitos da crise sobre as praças de Londres e Hamburgo. A importância dessas cidades para a dinâmica das relações econômicas no continente europeu desencadeou um movimento depressivo que atingiu outros mercados ao redor do mundo, reforçando a interpretação de que o processo de internacionalização do capital, embora ainda em incipiente expansão, já promovia efeitos adversos sobre outros países e regiões, extrapolando as relações entre a economia estadunidense e a Europa.

Inserido no sistema mundial capitalista enquanto área periférica da economia-mundo, o Brasil experimentou os efeitos da crise de 1857 no momento em que expandia e diversificava sua economia após a abolição do tráfico de escravos. O governo brasileiro, no afã de estimular o desenvolvimento nacional, adotou uma política monetária pluriemissionista, de modo semelhante aos Estados Unidos. As consequências foram a desvalorização cambial e a instabilidade monetária, que agravadas pelo cenário recessivo internacional, resultaram em inúmeras falências e queda na corrente de comércio. A Província da Bahia também sofreu os efeitos da crise de 1857, num período em que enfrentava dificuldades, logo após se recuperar da epidemia de cólera-morbo que a atingira em 1855. Uma seca de significativa amplitude teve início no mesmo período, castigando a economia baiana por quatro anos. A expansão temerária da base monetária nacional, igualmente, impactou sobre a província promovendo instabilidade e desajustes no seu mercado interno.

Os desdobramentos da crise de 1857, por sua vez, alcançaram a Província da Bahia com um certo atraso. Fato que pode ser observado também em Pernambuco, por exemplo, dadas as limitações de comunicação e transporte, mas, principalmente, pelo processo de desconto dos papéis, direcionados majoritariamente para o Banco do Brasil. A combinação do período de seca, os efeitos da política monetária brasileira e da crise de 1857 resultaram num número expressivo de falências e queda na corrente de comércio. A recuperação somente ocorreu por meio de outro fator externo, o início da Guerra de Secessão nos Estados Unidos.

A disseminação mundial da crise norte-americana de 1857 evidenciou o grau de amplificação das relações econômicas internacionais em meados do século XIX e o estreitamento do seu intercâmbio entre as nações. Os países mais avançados e com maior capilaridade em suas interações mercantis sentiram mais fortemente os efeitos da crise. As nações periféricas dentro do sistema internacional enfrentaram os desdobramentos da crise com certo atraso em função da distância, grau de importância do mercado para o sistema-mundo e a oferta de infraestrutura de serviços em transporte e comunicações. O advento da tecnologia nos transportes com as ferrovias e a navegação a vapor cumpriu um papel fundamental, encurtando distâncias e facilitando os fluxos internacionais de pessoas, mercadorias e capitais, aproximando as mais diversas sociedades e seus mercados num processo gradual e contínuo de inserção das economias nacionais no sistema mundial em expansão. O capitalismo histórico, de matriz liberal inglesa, expandia sua área de atuação

dentro do sistema internacional, envolvendo novos países e regiões, amplificando a corrente de comércio exterior e disseminando suas crises sistêmicas.

## Referências

### Fontes impressas

Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB)

Fallas, mensagens e relatórios de Presidentes da Província

Presidente	Ano	Documento
João Vieira Cansansão e Sinimbú	1857	Falla
Manoel Messias de Leão	1858	Falla
Francisco X. Barreto	1859	Falla
Herculano Ferreira Penna	1860	Falla
Herculano Ferreira Penna	1860	Relatório
José Augusto Chaves	1861	Falla
Antônio da Costa Pinto	1861	Falla

### Bibliografia

ALLEN, H. C. *História dos Estados Unidos da América*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Forense, 1964.

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*. 5 ed., São Paulo: Contraponto, 2006.

AZEVEDO, Thales de, LINS, E. Q. Vieira. *História do Banco da Bahia (1858-1958)*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1969.

BAHIA. Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia. *A inserção da Bahia na evolução nacional – 1ª etapa: 1850-1889 – anexo estatístico*. Salvador: Fundação Centro de Pesquisas e Estudos – CPE, 1978.

BAIROCH, Paul. *Economics & world history – myths and paradoxes*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

BIRNIE, Arthur. *História Econômica da Europa, 1760 – 1939*. 7ª ed., Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964. (Trad. Christiano Monteiro Oiticica).

CAIRNCROSS, A. K. *Home and Foreign Investment (1870 – 1913)*. London: Cambridge University Press, 1953.

CALMON, Francisco Marques de Góes. *Vida econômico-financeira da Bahia – elementos para a história de 1808 a 1899*. Salvador: Fundação Centro de Pesquisas e Estudos – CPE, 1978.

- CALOMIRIS, Charles W., SCHWEIKART, Larry. The panic of 1857: origins, transmission, and containment. *The Journal of Economic History*. Cambridge University Press, 1991. Disponível em: [\[http://apusths.pbworks.com/w/file/fetch/82834207/Panic%20of%201857.pdf\]](http://apusths.pbworks.com/w/file/fetch/82834207/Panic%20of%201857.pdf). Acesso em: 27 abr. 2015.
- CAVALCANTI, Amaro. *Resenha financeira do ex-Império do Brasil em 1889*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890.
- CHANG, Ha-Joon. *Chutando a escada – a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Unesp, 2004.
- DOWBOR, Ladislau. *A formação do capitalismo dependente no Brasil*. 1982. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.
- EVANS, D. Morier. *The history of the comercial crisis, 1857-1858, and the stock Exchange panic of 1859*. (1859; reimpressão). Nova York: Augustus M. Kelley, 1969.
- FAULKNER, Harold U. *American economic history*. 7 ed., New York: Harper & Brothers, 1954.
- GARCEZ, Angelina Nobre Rolim. *Associação Comercial da Bahia – 175 anos – trajetórias e perspectivas*. 2 ed., Salvador: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia/ Associação Comercial da Bahia, 2011.
- GRAHAM, Richard. *A Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil (1850-1914)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973.
- GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *O Banco Commercial e Agrícola no Império do Brasil: o estudo de caso de um banco comercial e emissor (1858-1862)*. João Pessoa: Saeculum – Revista de História, Jul./Dez., 2013, p. 231-259.
- HALL, Alan Ross. *The export of capital from Britain, 1870 – 1914*. London: Methuen, 1968.
- HOLTEN, Birgitte. *Why Brazil Did Not Develop a Merchant Marine; Brazilian Shipping and The World In The 19<sup>th</sup> Century*. São Paulo: Revista História Econômica & História de Empresas/ ABPHE, vol. VI, nº 2, 2003.
- KINDLEBERGER, Charlie, ALIBER, Robert. *Manias, pânico e crises – a história das catástrofes econômicas mundiais*. 6 ed., São Paulo: Saraiva, 2013.
- LANDES, David. *Prometeu Desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa Ocidental desde 1750 até a nossa época*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994. (Trad. Vera Ribeiro).
- \_\_\_\_\_. *A Riqueza e a Pobreza das Nações: por que algumas são tão ricas e outras são tão pobres*. 7<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro: Campus, 1998. (Trad. Álvaro Cabral).

- LEFF, Nathaniel H. O Comércio Internacional Tropical e o Desenvolvimento Durante o Século Dezenove: A Experiência Brasileira. In: (orgs.) PELÁEZ, Carlos Manuel; BUESCU, Mircea. *A Moderna História Econômica*. 1ª ed., São Paulo: APEC, 1976.
- LIMA, Oliveira. *O império brasileiro (1822-1889)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.
- MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *Collected Works 1856-1858*. Londres: Lawrence & Wishart, 2010. Vol. 15. Disponível em: [[http://www.hekmatist.com/Marx%20Engels/Marx%20&%20Engels%20Collected%20Works%20Volume%2015\\_%20Ka%20-%20Karl%20Marx.pdf](http://www.hekmatist.com/Marx%20Engels/Marx%20&%20Engels%20Collected%20Works%20Volume%2015_%20Ka%20-%20Karl%20Marx.pdf)]. Acesso em: 01 ago. 2016.
- MATTOS, Waldemar. *Panorama econômico da Bahia (1808-1860)*. 2 ed., Salvador: Assembleia Legislativa da Bahia, Associação Comercial da Bahia, 2011.
- MAURO, Frédéric. *História econômica mundial 1790-1970*. 2 ed., Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1976.
- MONT'ALEGRE, Omer. *Capital & capitalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1972.
- OHLWEILER, Otto Alcides. *Evolução sócio-econômica do Brasil – do descobrimento à Nova República*. 2 ed., São Paulo: Editora Ortiz, 1990.
- OLIVEIRA, Waldir Freitas. *História de um banco – o Banco Econômico*. Salvador: Museu Eugênio Teixeira Leal, 1993.
- PELÁEZ, Carlos Manuel, SUZIGAN, Wilson. *História monetária do Brasil*. 2 ed., Brasília: Editora Universidade de Brasília. (Col. Temas Brasileiros, 15), 1981.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação – as origens de nossa época*. 2 ed., Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- PRADA, Valentin Vásquez de. *História econômica mundial II – da revolução industrial à actualidade*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1978.
- PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*. 34 ed., São Paulo: Brasiliense, 1986.
- ROBERTSON, R. M. *História da economia americana*. Rio de Janeiro: Record, 1967.
- ROUBINI, Nouriel, MIHM, Stephen. *A economia das crises – um curso relâmpago sobre o futuro do sistema financeiro internacional*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2010.
- SAMPAIO, Marcos Guedes Vaz. *Navegação a vapor na Bahia oitocentista (1839-1894)*. Salvador: EDUFBA, 2014.
- TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. 10 ed., São Paulo: UNESP/Salvador: EDUFBA, 2001.

U.S. BUREAU OF THE CENSUS. *Historical statistics of the United States, 1789-1945*. Washington D.C., 1949.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo histórico & civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.



Recebido: 10 de agosto de 2016

Aprovado: 4 de janeiro de 2017